

CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOMINALIZAÇÃO EM PORTUGUÊS – III

Carlos Alberto Faraco
Universidade Federal do Paraná

RESUMO

Neste trabalho, faz-se um estudo dentro da hipótese lexicalista a respeito de funções e relações gramaticais, especialmente no sentido de explicitar o termo 'reflete' (*mirrors*) de Chomsky (1967).

Num primeiro trabalho anterior a este, procurei mostrar como ficaria uma análise transformacionalista, fundada em Chomsky (1957) e Chomsky (1965)¹, de estruturas como (1) e (2):

- (1) **A vida dos meninos** (atrapalhou nossos planos)
- (2) **A destruição da cidade pelos inimigos** (atrapalhou nossos planos)

e que problemas uma tal análise enfrentaria concretamente numa gramática do português (Faraco, 1979)².

Num segundo trabalho, discuti os argumentos de Chomsky (1967) a favor da chamada hipótese lexicalista para tratar estruturas como (1) e (2)³. Procurei mostrar, então, que a opção por esta análise dentro do modelo chomskyano foi mais por razões teóricas (internas ao próprio modelo) e menos por razões empíricas (Faraco, 1983)⁴.

No presente trabalho, tentarei explicitar alguns aspectos duma análise lexicalista de (1) e (2), especialmente a questão que envolve funções e relações.

Assumo de saída, portanto, que os nominais de ação são introduzidos diretamente na estrutura profunda, sendo as relações entre eles e

¹ *Syntactic structures*. The Hague, Mouton, 1957. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1965.

² Considerações sobre a nominalização em português. *Letras* (28): 107-28, 1979.

³ CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R. A. & ROSENBAUM, P. S., ed. *Readings in English transformational grammar*. Waltham, Mass., Ginn, 1970. p. 184 - 221.

⁴ Considerações sobre a nominalização em português-II. *Letras* (32): 60 - 72, 1983.

os verbos correspondentes definidas no léxico, onde também se definem as relações que o verbo e o nominal podem instaurar com os demais constituintes das estruturas em que entram. A relação entre estas se explica, em parte, por informação do léxico e, em parte, por certa analogia entre as estruturas profundas.

Sigo estes passos: discuto a formulação da hipótese lexicalista conforme proposta em Chomsky (1967); e apresento uma proposta para explicitar as funções e relações gramaticais decorrentes da adoção daquela hipótese, com vista a dar conta das seguintes relações:

(3)

- (a) entre itens lexicais
vir/vinda
destruir/destruição
- (b) entre constituintes duma estrutura
os meninos/vinda
os meninos/vieram
os inimigos/destruição
os inimigos/destruíram
a destruição/a cidade
destruíram/a cidade
- (c) entre estruturas (S e \bar{N})
os meninos vieram/a vinda dos meninos
os inimigos destruíram a cidade/a destruição da cidade pelos inimigos

A hipótese lexicalista foi formulada em Chomsky (1967); daí ser este o texto de referência básica neste trabalho. Como, porém, as propostas lá feitas quanto às características da análise lexicalista são bastante genéricas, há problemas quando se busca detalhar uma tal análise. Procuro, aqui, apontá-los, discuti-los e sugerir alguma maneira de superá-los.

Adotando-se a hipótese lexicalista, abandona-se a transformação de nominalização e se passa a engendar as estruturas com nominais derivados, diretamente por meio das regras de base. A relação entre estas estruturas e sentenças se fará fundamentalmente por meio do léxico.

Segundo Chomsky⁵, o fato que permitiu à teoria formular uma tal análise foi a incorporação de traços sintáticos feita em Chomsky⁶(1965).

Para contornar uma dificuldade do modelo quanto à subcategorização das categorias lexicais (as regras de reescrita da base tinham se mostrado inadequadas para esta tarefa, já que ela pressupõe não uma

⁵CHOMSKY, Remarks . . ., p. 188.

⁶CHOMSKY, Aspects . . ., cap. 2.

organização hierárquica, mas uma classificação cruzada, (cf. Chomsky⁷), optou-se por separar o léxico do subcomponente categorial (os itens lexicais deixam de ser introduzidos — como o eram no modelo de *Syntactic Structures* — pelas regras de reescrita) e pela introdução dos traços sintáticos (analogamente — do ponto de vista formal — ao que tinha ocorrido em fonologia, cf. Chomsky⁸), passando-se a considerar cada formativo lexical como um símbolo complexo em que, entre outros, se enumeram os traços sintáticos; e permitindo-se às regras do componente sintático fazer referência a estes traços, o que traz, como consequência, maior flexibilidade a este componente da gramática. Tome-se como exemplo o de Chomsky⁹: as regras que intervêm na escolha do pronome relativo em inglês (*who* X *which*), operam apenas com os traços [+ humano] ou [- humano], independentemente do nome ser [+ comum] ou [- comum].

A consequência importante da introdução dos traços é, assim, o fato de se poder fazer menção a um deles independentemente da existência de outros: é possível destacar apenas um traço de um conjunto de traços, porque estes não se organizam em hierarquia.

De que modo, então, esta reformulação da teoria permitiu a análise lexicalista, ou seja, mais especificamente, como ela permitiu relacionar por meio do léxico estruturas diferentes? Vejamos isto a seguir, acompanhando Chomsky¹⁰.

Na medida em que um verbo e um nominal associado partilhem traços, é possível agrupá-los (o verbo e o nominal) no léxico sob uma única entrada, isto é, uma entrada que não tenha o traço categorial N ou V (e, por isto, apelidada de *neutra*) e que apresente aqueles traços comuns. Com este recurso se pretende dar conta da relação entre a estrutura com o verbo e aquela com o nominal derivado, já que a mesma subcategorização estrita e as mesmas restrições de seleção se definem uma única vez, precisamente no léxico.

Aquilo que motivava uma análise transformacionalista (entre outras razões) era o fato de o único recurso, no início da gramática gerativo-transformacional, para apreender estes aspectos de subcategorização estrita e de restrição de seleção — sem duplicá-las para V e N — era postular uma única estrutura subjacente e obter transformacionalmente as estruturas superficiais associadas (S e \bar{N}). No momento em que o modelo tem outras condições para fazer a mesma apreensão de elementos comuns (à proporção que introduzir os traços no modelo mostrou-se uma medida eficaz quer para a fonologia, quer para a sintaxe) é possível

⁷ CHOMSKY, *Aspects* . . . , p. 79-80.

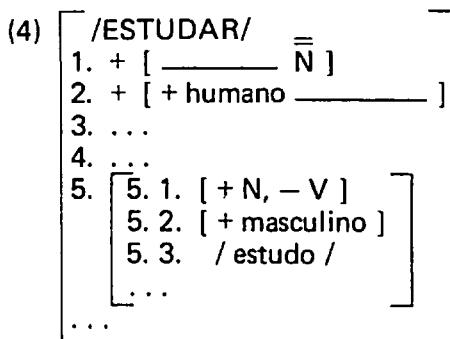
⁸ CHOMSKY, *Aspects* . . . , cap. 2, § 2.3.2.

⁹ CHOMSKY, *Aspects* . . . , p. 79.

¹⁰ CHOMSKY, *Remarks* . . . , p. 190.

fornecer outra análise.

Um exemplo de uma entrada lexical neutra, i. e., sem traço categorial:



Comentando cada elemento:

- 1.: traço de subcategorização estrita (válido para N e V);
- 2.: traço de restrição seletiva (válido para N e V);
- 3.: outras propriedades sintáticas comuns (por exemplo, regras transformacionais que não se aplicam a estruturas com este item);
- 4.: propriedades semânticas comuns a N e V;
- 5.: especificação das propriedades sintáticas, fonológicas e semânticas dependentes do traço categorial (no exemplo, [+ N, - V]).

A forma do nome — segundo Chomsky¹¹ — é determinada por regras morfológicas relativamente idiossincráticas (ver Basílio 1980, para detalhes sobre o português¹²).

O subcomponente de base se enriquece com regras que engendram frases nominais complexas, i. e., contendo complementos (Chomsky, op. cit.: 195) similares em número e características aos complementos de frases verbais. Estas frases nominais refletem (*mirror*, no original) a estrutura da sentença, sendo \bar{N} — tal como S — um elemento recursivo da base, constituindo-se, também como S, um ciclo de aplicação de transformações (211).

Algumas das regras da base seriam — adaptando-se parte do fragmento de gramática de Chomsky¹³ — (notação discutida em Faraco¹⁴) 1983:70-1):

¹¹ CHOMSKY, Remarks . . ., p. 190.

¹² Estruturas lexicais do português. Petrópolis, Vozes, 1980.

¹³ CHOMSKY, Aspects . . ., p. 106-7.

¹⁴ FARACO, Considerações . . . II, p. 70-1.

(5) $S \rightarrow \bar{\bar{N}} \bar{\bar{V}}$

$\bar{\bar{N}} \rightarrow [\text{Especif.}, \bar{N}] \bar{N} (S)$

$\bar{N} \rightarrow N (\bar{\bar{N}}) (\bar{\bar{AV}}) \quad (\bar{\bar{AV}}: \text{adverbial})$

$\bar{\bar{V}} \rightarrow [\text{Especif.}, \bar{V}] \bar{V}$

$\bar{V} \rightarrow V (\bar{\bar{N}}) (\bar{\bar{AV}})$

$[\text{Especif.}, \bar{N}] \rightarrow (\text{Pré-art}) [\pm \text{def.}, (+\bar{N})] (\text{Pós-art})$

$[\text{Especif.}, \bar{V}] \rightarrow \text{Tempo (Aspecto)}$

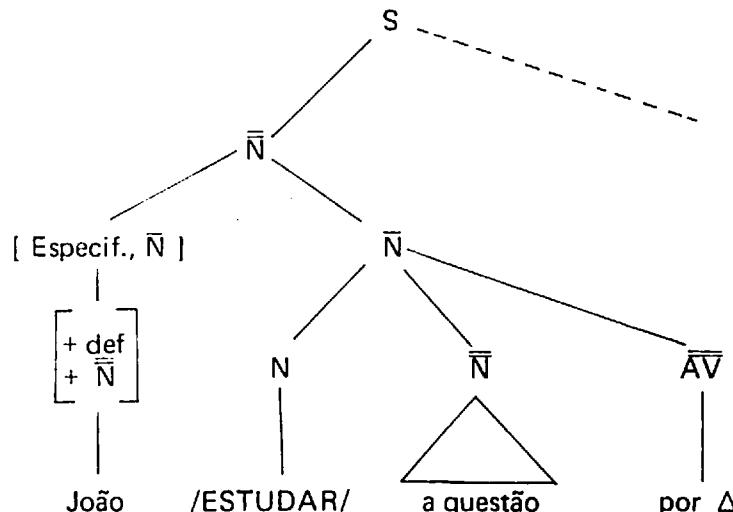
$\text{Tempo} \rightarrow [\pm \text{pass.}]$

$[\pm \text{def.}, + \bar{\bar{N}}] \rightarrow \bar{\bar{N}}$

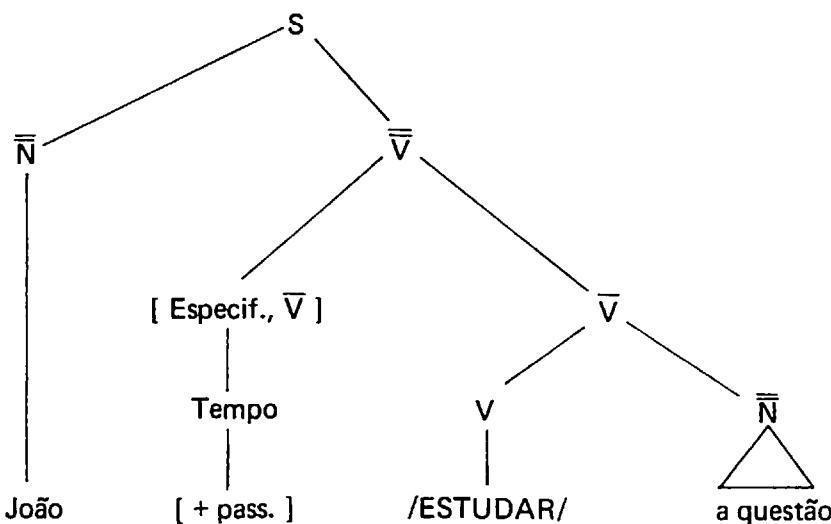
$\bar{\bar{AV}} \rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \text{advérbio de modo} \\ \text{por } \Delta \end{array} \right\}$

Com estas regras e com a inserção lexical, poderíamos obter as estruturas profundas (6) e (7):

(6)



(7)



Aplicadas as transformações, obteríamos as formas

(6') O estudo da questão por João. . .

(7') João estudou a questão

A presente formulação da análise lexicalista não vai sem problemas: é preciso explicitá-la mais, bem como alterar alguns de seus aspectos em função dos dados do português. Por ora, deixemos resumidas as características gerais duma análise lexicalista, tendo como referência as relações sintetizadas em (3):

a) estruturas com nominais derivados são engendradas diretamente pela base (elimina-se a transformação de nominalização);

b) a estrutura subjacente nominal reflete (*mirrors*) a estrutura subjacente sentencial: embora sendo estruturas subjacentes diferentes, cf. (6) e (7) acima, são análogas formalmente; e esta analogia formal é um dos recursos para dar conta das relações entre S e N-bar:

c) o léxico se organiza de modo a relacionar o nominal e o verbo quer do ponto de vista morfológico, quer do ponto de vista das características comuns em termos de subcategorização estrita; restrições seletivas e/ou outras propriedades compartilhadas por ambos. A nova organização do léxico é um dos meios para relacionar S e N-bar.

Vejamos, daqui para frente, como dar conta das relações sintetizadas

das em (3) numa formulação que contorne os problemas daquela que vimos acima.

No texto que segue, se fazem duas coisas:

- a) apresentam-se as relações sintetizadas em (3), de uma maneira mais detalhada;
- b) verifica-se o que seria necessário para dar conta de tais relações por meio de uma análise lexicalista.

Em (3.b), mencionamos as relações entre constituintes. Para entendê-las melhor, é importante definir um outro tipo de relação, ao qual poderíamos nos referir como relação **constituinte – estrutura** que o contém. Teríamos, então, dois tipos de relação em pauta:

- a) **constituinte – estrutura**;
- b) **constituinte – constituinte**.

Definir o tipo (a) é necessário, entre outros motivos, porque a relação **constituinte – estrutura** tem um papel na definição da relação do tipo (b).

A relação que se estabelece entre um constituinte e a estrutura que o contém, decorre da posição daquele nesta, ou seja, a estrutura representada num indicador sintagmático inicial (estrutura profunda) tem elementos numa distribuição específica, sendo esta distribuição relevante para se definir o conjunto das funções gramaticais que, por seu turno, são relevantes para se definir as relações **constituinte – constituinte** e fundamentais para a interpretação semântica da estrutura.¹⁵ Assim, dizer que um constituinte X tem, na estrutura Y, a função gramatical Z é indispensável para a teoria. E, para definir a função de X em Y faz-se necessário saber qual a distribuição de X em Y. Por

¹⁵ Em CHOMSKY, N. *Reflections on language* (London, Temple Smith, 1976), a teoria foi reformulada de modo a permitir o engendramento de estruturas superficiais enriquecidas com 'vestígios' (traces), a partir das quais se opera a interpretação semântica das sentenças (cf. p. 104). O indicador sintagmático inicial (estrutura profunda), contudo, continua sendo relevante para a interpretação semântica, apenas que indiretamente, i. e., sua configuração se reflete na estrutura superficial por meio dos vestígios. Vejamos o seguinte trecho, como confirmação do que acabamos de dizer:

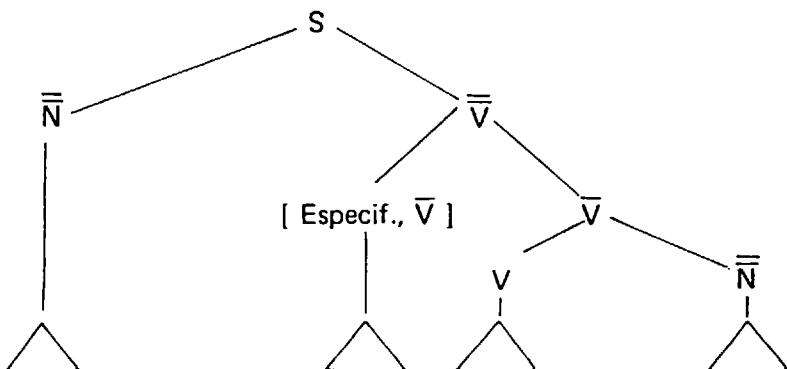
"Suppose it is a fact, as I now tend to believe, that a suitably enriched notion of surface structure suffices to determine the meaning of sentences under interpretative rules (. . .) It may still be the case – I think it is – that initial phrase markers generated by the base have significant and revealing properties. It also remains true that they enter, though now indirectly into determining the structures that undergo semantic interpretation. . ." p. 83)

Embora nesta teoria certas funções e relações gramaticais superficiais pareçam exercer papel destacado para a interpretação semântica, não se pode dispensar as funções e relações definíveis a nível do indicador sintagmático inicial. Ver, a propósito disso, a discussão em torno dos exemplos (20) e (21) em Chomsky (p. 97-8). A propósito do papel desempenhado pelas funções gramaticais na interpretação semântica, ver CHOMSKY, N. *Some empirical issues in the theory of transformational grammar*. Trad. espanhola em SANCHEZ DE ZAVALA, V., comp. *Semántica y sintaxis en la lingüística transformatoria, I; comienzos y centro de la polémica*. Madrid, Alianza, 1971. p. 494 e seg.; e JACKENDOFF, R. S. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1972. p. 14-5 e cap. 2.

isso que em Chomsky¹⁶ — onde se discute o conceito das funções gramaticais na teoria — se diz que estas funções são obtidas do indicador sintagmático inicial via definição: a função de um constituinte deriva da relação que se pode estabelecer entre ele e a estrutura onde ele ocorre, ou seja, deriva de sua posição no indicador sintagmático inicial. A própria configuração deste indicador já contém implicitamente as funções, sendo apenas necessário explicitá-las. A função sujeito-de pode nos servir de exemplo: ela é definível a partir da relação que há entre o \bar{N} de uma S com a forma $\bar{N} \bar{V}$, e a S completa.

Tomemos o indicador sintagmático inicial (8):

(8)



e, seguindo o exposto na discussão desenvolvida acima, definamos um conjunto de funções gramaticais que podem ser designadas pelas expressões:

- (9)
- a) sujeito-de;
 - b) predicado-de;
 - c) objeto-de;
 - d) verbo-principal-de;

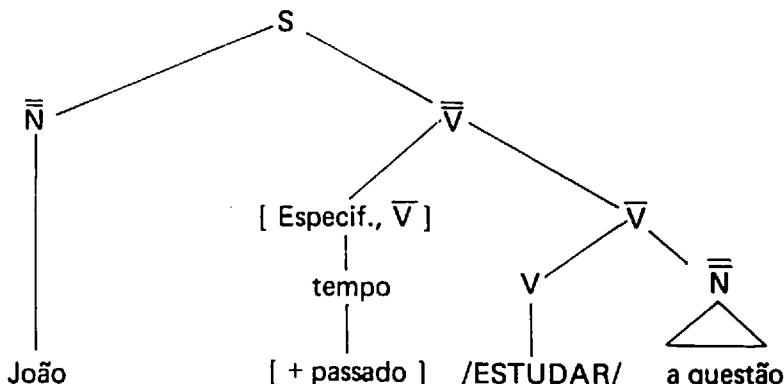
com as seguintes definições (cf. Chomsky 1965:71, apenas em outra notação):

¹⁶CHOMSKY, *Aspects*... m p. 106-7.

- (10) a) sujeito-de: [$\bar{\bar{N}}$, S] (i. e., sujeito-de é a função exercida pela subseqüência dominada por $\bar{\bar{N}}$ que é dominada diretamente por S);
- b) predicado-de: [$\bar{\bar{V}}$, S] (i. e., predicado-de é a função exercida pela subseqüência dominada por $\bar{\bar{V}}$ que é dominada diretamente por S);
- c) objeto-de: [$\bar{\bar{N}}$, \bar{V}] (i. e., objeto-de é a função exercida pela subseqüência dominada por $\bar{\bar{N}}$ que é dominada diretamente por \bar{V});
- d) verbo-principal-de: [V , \bar{V}] (i. e., verbo-principal-de é a função exercida pela subseqüência dominada por V que é dominada diretamente por \bar{V}).

Se tomarmos, agora, as definições (10) e aplicarmos ao indicador (7), repetido aqui por conveniência,

(7)



temos que João exerce a função sujeito-da S [João – [+ passado] – ESTUDAR – a questão] ; [[+ passado] – ESTUDAR – a questão] é o predicado-da mesma S; [a questão] é o objeto-do \bar{V} [ES-

TUDAR – a questão] ; e [ESTUDAR] é o verbo-principal-do mesmo V.

Definidas estas funções, é possível definir mais explicitamente as relações gramaticais que se estabelecem entre constituintes – (3. b) – , relações do tipo

- (11) a) sujeito – verbo (V);
b) verbo – objeto;

as quais podem ser obtidas a partir daquelas funções (cf. Chomsky¹⁷). Assim, a relação sujeito-verbo (V) é a que se estabelece entre o constituinte funcionando como sujeito-de uma S e o constituinte funcionando como verbo-principal-de um V; e a relação verbo-objeto é a que se estabelece entre o constituinte na função de verbo-principal-de um V e o constituinte na função de objeto-de um V. Estas definições podem ser representadas, numa primeira aproximação, como em (12):

- (12) a) sujeito – verbo (V): [[N , S] , [V , V]]
b) verbo (V) – objeto: [[V , V] , [N , V]]

Como este sistema é possível se obter (cf. Chomsky¹⁸) tanto relações 'legítimas' e reconhecidas tradicionalmente (sujeito – verbo, por exemplo) quanto 'pseudo-relações' (sujeito – objeto, por exemplo). Para superar esta dificuldade, usa-se o critério da gramática tradicional que, parece, reconhecia como 'legítimas' as relações gramaticais entre constituintes que se condicionavam por restrições de seleção. Desse modo, se há restrição de seleção entre dois constituintes, é 'legítima' a relação gramatical que se pode estabelecer entre eles pelo sistema apresentado acima, ao se discutir (12).

Em Chomsky (1967:201), se diz que as restrições de seleção se dão entre os núcleos dos sintagmas associados em relações gramaticais específicas, entendendo-se por núcleo do sintagma as categorias lexicais N, A ou V. A relação sujeito-verbo se legítima, então, porque entre o N núcleo do sujeito-de S e o V núcleo de V pode haver restrições de seleção; o mesmo para a relação verbo-objeto, i. e., entre o V núcleo de V, e o N núcleo de N dominado por V pode haver restrições de seleção. Como entre o núcleo do sujeito e o núcleo do objeto não parece ser possível estabelecer restrições seletivas, a relação sujeito-objeto não é 'legítima', é uma pseudo-relação.

¹⁷CHOMSKY, *Aspects* . . . , p. 73.

¹⁸CHOMSKY, *Aspects* . . . , p. 73.

A partir do parágrafo anterior, pode-se reformular (12), tornando as definições mais explícitas:

- (12') a) sujeito-verbo (V): [[N , [\bar{N} , S]] , [V , \bar{V}]]
b) verbo (V) – objeto: [[V , \bar{V}] , [N , [\bar{N} , \bar{V}]]]

As restrições de seleção devem ser atendidas, no modelo de 1965, no momento da inserção lexical do verbo. Este contém, sob sua entrada lexical, marcas de suas restrições de seleção. Quando se dá a inserção ítems lexicais, primeiro colocamos os nomes e, depois, escolhemos o verbo cujas restrições são satisfeitas pelos nomes já presentes no indicador sintagmático.

Resumindo:

- a) pela relação **constituinte-estrutura** se definem as funções gramaticais (**sujeito-de**, **objeto-de**, . . .); estas são relevantes para a interpretação semântica e para a definição das relações **constituinte-constituinte** (relação sujeito-verbo; verbo-objeto);
b) as relações **constituinte-constituinte**, que se definem a partir das funções gramaticais, são 'legítimas' se entre os constituintes houver restrições de seleção.

As relações que estão em destaque em (3. b) são dos tipos 'sujeito' – 'verbo' e 'verbo – 'objeto', apontadas tanto para a estrutura sentencial¹⁹

meninos – vieram	>	'sujeito' – 'verbo'
inimigos – destruíram		'verbo' – 'objeto'
destruíram – cidade		

Numa análise transformacionalista de estruturas como (1) e (2), se justificaria esta identidade de relações por meio da identidade das estruturas profundas de que derivam: sendo as funções e relações definíveis ao nível da estrutura profunda e havendo identidade entre estruturas profundas, há identidade entre funções e relações.

A relação destacada em (3. c) é consequência – numa análise transformalista – do fato de se postular uma estrutura profunda idêntica para a S e o \bar{N} em questão.

Desta identidade quanto à estrutura profunda, decorre uma das vantagens apontadas para uma análise transformalista dos nominais ou seja, a captação de generalizações a respeito do contexto do verbo e do nominal associado: mesmas restrições de seleção e mesmas relações com os demais constituintes.

Embora postulando estruturas profundas não idênticas para o nominal e o verbo, a análise lexicalista não perdeu a possibilidade de cap-

tar as mesmas generalizações, fazendo isto por meio de dois recursos:

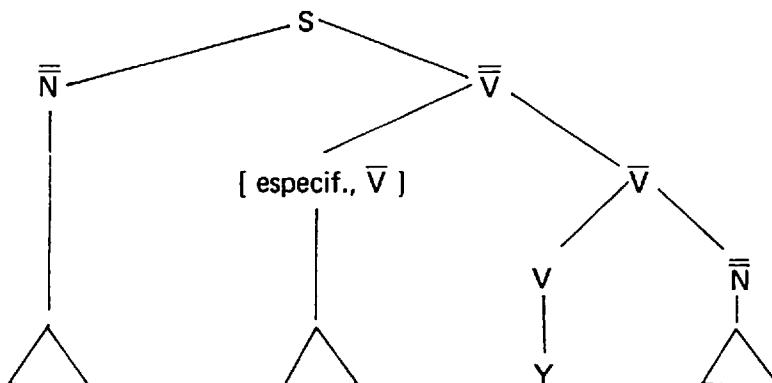
- (13) a) relacionando o verbo e o nominal no léxico, onde se formulam as identidades contextuais de ambos;
b) definindo como análogas, formalmente, a estrutura profunda com o nominal e aquela com o verbo (a estrutura com o nominal reflete — 'mirrors' — a estrutura com o verbo, cf. Chomsky²⁰).

É preciso, então, explicitar cada um destes recursos. Comecemos com (13. b).

Uma das consequências da análise lexicalista foi o aumento de tipos de estruturas profundas possíveis, porque estruturas antes engendradas transformacionalmente são agora engendradas pela base. Com isto, aumenta-se o número de funções e relações definíveis pelo sistema antes apresentado.

Tomemos os indicadores sintagmáticos (8) — repetido aqui por conveniência — e (14); e definamos um conjunto de funções e relações gramaticais a partir de cada um deles:

(8)



Funções (já apresentadas em (10) —)

- (10) a) sujeito-de: [$\overline{\overline{N}}$, S]
b) predicado-de: [$\overline{\overline{V}}$, S]

¹⁹ Embora as relações definíveis para a estrutura sentencial ou nominal sejam idênticas, os termos 'sujeito', 'verbo', 'objeto' não são os mais precisos, por isto eles estão sob aspas simples. Acredito que o assunto fica mais claro à medida que o texto avança.

c) objeto-de: $[\bar{\bar{N}}, \bar{V}]$

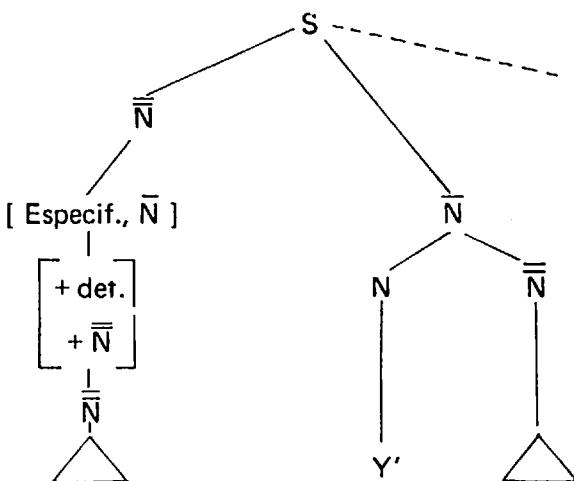
d) verbo-princ.: $[V, \bar{V}]$

Relações (já presentadas em (12) –)

(12) a) sujeito-verbo (V): $[[N, [\bar{N}, S]], [V, \bar{V}]]$

b) verbo (V)- objeto: $[[V, \bar{V}], [N, [\bar{\bar{N}}, \bar{V}]]]$

(14)²¹



Funções (a designação das funções, como no caso anterior, é arbitrária):

(15) a) adjunto-de: $[[\bar{N}, [\text{Especif.}, \bar{N}]], \bar{N}]$ (i. e., adjunto-de é a função exercida pela subseqüência dominada por \bar{N} que é dominada por $[\text{Especif.}, \bar{N}]$ dominada por \bar{N});

b) atributo-de: $[\bar{N}, \bar{N}]$ (i. e., atributo-de é a função exercida pela subseqüência dominada por \bar{N} que é dominada por \bar{N});

c) complemento-de: $[\bar{\bar{N}}, \bar{N}]$ (i. e., complemento-de é a função exercida pela subseqüência dominada por \bar{N} que é domi-

- nada por \bar{N}) ;
- d) nome-principal-de: $[N, \bar{N}]$ (i. e., nome-principal-de é a função exercida pela subseqüência dominada por N que é dominada por \bar{N}).

Relações

- (16) a) adjunto-nome: $[[N, [\bar{N}, [\text{Especif.}, \bar{N}]], \bar{N}]], [N, \bar{N}]$ (i. e., adjunto-nome é a relação que se estabelece entre o N núcleo do adjunto e o N núcleo de \bar{N}) ;
- b) nome-complemento: $[[N, \bar{N}], [N, [\bar{N}, \bar{N}]]]$ (i. e., nome-complemento é a relação que se estabelece entre o N núcleo de \bar{N} e o N núcleo do complemento).

As funções (10) e (15) e as relações (12') e (16) são análogas, na medida em que (14) 'reflete' (8). É necessário, então, aproximá-las por definição (em (17) se faz a aproximação entre (10) e (15); e, em (18), aquela entre (12') e (16) —) :²²

- (17) a) $[\bar{N}, S] : S :: [[\bar{N}, [\text{Especif.}, \bar{N}]], \bar{N}] : \bar{N}$
- b) $[\bar{V}, S] : S :: [\bar{N}, \bar{N}] : \bar{N}$
- c) $[\bar{N}, V] : S :: [\bar{N}, \bar{N}] : \bar{N}$
- d) $[V, \bar{V}] : S :: [N, \bar{N}] : \bar{N}$
- (18) a) $[[N, [\bar{N}, S]], [V, \bar{V}]] : S :: [[N, [[\bar{N}, [\text{Especif.}, \bar{N}]], \bar{N}]], [N, \bar{N}]] : \bar{N}$
- b) $[[V, \bar{V}], [N, [\bar{N}, \bar{V}]]] : S :: [[N, \bar{N}], [N, [\bar{N}, N]]] : \bar{N}$

Estas definições²³ — que deverão ser acrescentadas ao componente de base — são necessárias, se queremos dar conta das relações (3. b) e

(3. c), partindo das estruturas profundas diferentes:²⁰

- a) se as restrições de seleção são formuladas uma só vez no léxico para o verbo e o nominal; e se as restrições de seleção legitimam certas relações gramaticais, e preciso apontar a analogia entre as relações gramaticais que ocorrem em S e em \bar{N} ;
- b) se a interpretação semântica se faz a partir da estrutura profunda; e se para a interpretação semântica as funções são relevantes, para aproximar semanticamente (1) e (19), (2) e (20), as funções em S devem ser análogas àquelas em \bar{N} :
 - (1) A vinda dos meninos (atrapalhou nossos planos)
 - (19) Os meninos vieram
 - (2) A destruição da cidade pelos inimigos (atrapalhou nossos planos)
 - (20) Os inimigos destruíram a cidade

Em síntese, na análise lexicalista, a relação entre S e \bar{N} (3. c), se dá como consequência de o verbo e o nominal estarem relacionados no léxico; e de esta relação lexical impor a necessidade de se aproximar os indicadores sintagmáticos iniciais, definindo-os como análogos formalmente, donde decorre a analogia formal das funções — conforme (17) — e das relações gramaticais — conforme (18). Com isto, se pode, então, explicitar (3. b): as semelhanças que percebemos informalmente são apreendidas pela analogia formal entre o indicador sintagmático inicial com o verbo e aquele com o nominal morfologicamente associado.

²⁰ CHOMSKY, Remarks . . . , p. 211.

²¹ Y sob V - em (8) — e Y' sob N - em (14) — são apenas convenções para indicar que o nominal é associado ao verbo, ou, em outros termos, teremos em ambos os casos a entrada lexical neutra (sem traço categorial) como em (4).

²² A representação X : Y : W : Z deve ser lida X está para Y assim como W está para Z.

²³ O fato de serem necessárias estas definições está manifestado em CHOMSKY, Some empirical issues . . . , conforme se vê pelo trecho: "... es preciso generalizar las relaciones gramaticales de tal forma que (America, attempt) cumpla la relación entre sujeto y verbo en (49) no menos que en (48), . . ." (p. 489). Os exemplos mencionados são (p. 488):

(48) [America — attempts [America attacks Cuba] _S] _S
(49) [America's — attempt [America attacks Cuba] _S] _N os quais corresponderiam em

português a:

(48') [A América — tenta [A América atacar Cuba] _S] _S

(A América tenta atacar Cuba)

(49') [A América — tentativa [A América atacar Cuba] _S] _N
(A tentativa da América de atacar Cuba).

ABSTRACT

This article is a lexicalist study of grammatical functions and relations, in order to make the term **mirrors** of Chomsky (1967) explicit.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BASÍLIO, M. **Estruturas lexicais do português**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- 2 CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, Mass., MIT Press, 1965.
- 3 _____. **Reflections on language**. London, Temple Smith, 1976.
- 4 _____. **Remarks on nominalization**. In: JACOBS, R. A. & ROSENBAUM, P. S., ed. **Readings in English transformational grammar**. Waltham, Mass., Ginn, 1967. p. 184-221.
- 5 _____. **Some empirica — issues in the theory of transformational grammar**. Trad. espanhola em SANCHEZ DE ZAVALA, V., comp. **Semántica y sintaxis en la lingüística transformatória, I; comienzos y centro de la polémica**. Madrid, Alianza, 1974. p. 444-524.
- 6 _____. **Syntactic structures**. The Hague, Mouton, 1957.
- 7 FARACO, C. A. **Considerações sobre a nominalização em português**. *Letras* (28): 107-28, 1979.
- 8 _____. _____. *II. Letras* (32): 60-72, 1983.
- 9 JACKENDOFF, R. S. **Semantic interpretation in generative grammar**. Cambridge, Mass., MIT Press, 1972.